

NACIONAL LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL

CGC/MF nº 43.711.746/0001-16

COMPANHIA ABERTA

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA NO DIA 07 DE JUNHO DE 1995.

(LAVRADA EM FORMA DE SUMÁRIO)

I. DATA, HORA E LOCAL: 07 de junho de 1995, às 15:00 hs., na sede social da sociedade, à Av. Tamboré, 74 (parte), Barueri - SP. **II. CONVOCAÇÃO:** Dispensada a Convocação, na forma do disposto no artigo 124, parágrafo 4º da Lei nº 6.404/76. **III. PRESENCAS:** Acionistas representando a totalidade do capital votante. **IV. MESA DIRETORA:** Presidente: Eduardo de Magalhães Pinto. Secretário: Clarimundo José de Sant'Anna. **V. DELIBERAÇÕES:** Após discussão e votação, decidiram os acionistas, por unanimidade, cancelar a emissão das 100.000 (cem mil) debêntures da 2ª (segunda) série da 3ª (terceira) emissão, conforme autorizado na A.G.E. realizada em 23/02/95 e deliberado na RCA realizada em 24/04/95, e autorizar a 4ª (quarta) emissão de debêntures através de subscrição pública, a ser registrada na CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, com as seguintes condições e características básicas: **1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA EMISSÃO:** **1.1. PROCEDIMENTO DA DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA:** Será adotado o procedimento diferenciado para a distribuição pública das debêntures, referido no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80. **1.2. MONTANTE DA EMISSÃO:** O valor total da emissão será R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), na data de emissão. **1.3. QUANTIDADE DE TÍTULOS E VALOR NOMINAL UNITÁRIO:** Serão emitidas 400.000 (quatrocentas mil) debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais). **1.4. SÉRIES:** A emissão será feita em série única. **1.5. FORMA E CONVERSIBILIDADE:** As debêntures serão nominativas não endossáveis e não conversíveis em ações. **1.6. DATA DE EMISSÃO:** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures desta emissão será o dia 01 de julho de 1995. **1.7. DATA DE VENCIMENTO:** As debêntures terão prazo de 6 (seis) anos contados da data de emissão vencendo-se, portanto, em 01 de julho de 2001. **1.8. ESPÉCIE:** As debêntures desta emissão serão da espécie subordinada. **1.9. BASE DE REMUNERAÇÃO:** As debêntures desta emissão farão jus a rendimento calculado cumulativamente, a partir da data de emissão até o vencimento, de acordo com a TR - Taxa Referencial; **1.9.1.** O valor da remuneração correspondente à TR acumulada será acrescido ao valor nominal das debêntures e o valor assim obtido será considerado como base de remuneração para fins de cálculo de qualquer obrigação pecuniária prevista na escritura de emissão, inclusive para efeito do pagamento das debêntures por ocasião da recompra, do resgate ou vencimento das debêntures e somente será pago nesses eventos, adotando-se critério "pro-rata tempore" por dias úteis, se necessário. **1.9.2.** Na hipótese de extinção ou congelamento da TR, ou se por qualquer motivo tornar-se impossível a sua utilização como base de remuneração, o parâmetro de remuneração que a substitua será automaticamente adotar como base de remuneração o índice que vier a ser utilizado para a atualização dos contratos de arrendamento mercantil firmados em moeda

nacional. **1.9.3.** Se na data do vencimento da obrigação a taxa a ser aplicada não estiver disponível para o cálculo, este poderá ser efetuado pela taxa aplicada à obrigação do mês imediatamente anterior. A diferença apurada quando da disponibilidade da taxa, acrescida dos encargos convencionados para a operação, será paga na data da apuração ou juntamente com o pagamento da obrigação subsequente. **1.10. REPACTUAÇÃO:** O Conselho de Administração da emissora se reunirá previamente à data de cada vencimento de condições de remuneração das debêntures para deliberar sobre os juros remuneratórios e prêmios, inclusive os de permanência, se julgar necessário, seus critérios e épocas de pagamento e período de repactuação subsequente. As deliberações do Conselho de Administração da emissora relativas a cada repactuação, serão publicadas pela emissora até o 10º (décimo) dia que anteceder à data de repactuação. **1.11. AQUISIÇÃO OBRIGATÓRIA:** A emissora compromete-se a adquirir, pelo valor nominal, acrescido de juros e prêmio, se houver, nas datas de repactuação, a totalidade das debêntures em circulação relativas à presente emissão, à opção dos debenturistas que não aceitarem as condições das repactuações deliberadas pelo Conselho de Administração da emissora. Caso o debenturista opte pela venda das debêntures à emissora, deverá se habilitar no período compreendido entre o 10º (décimo) e o 5º (quinto) dia imediatamente anterior ao dia da repactuação, mediante o registro formal protocolado junto à prestadora de serviço de debenturistas ou junto à emissora. As debêntures adquiridas pela emissora poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. **1.12. JUROS REMUNERATÓRIOS:** As debêntures desta emissão farão jus à percepção de juros remuneratórios, a partir da data de emissão, capitalizados à base de 12 % (doze por cento) ao ano, considerado o ano de 365 dias. A parcela de juros remuneratórios será calculada exponencialmente por dias decorridos, incidindo sobre o valor pecuniário resultante do previsto no item 1.9.1 acima e será paga nas datas de repactuação. **1.13. PRÊMIO:** As debêntures farão jus a um prêmio a ser pago na data de repactuação das debêntures, de valor correspondente a diferença positiva, se houver, obtido mediante a utilização da taxa ANBID, através da aplicação da seguinte fórmula: $P = (VN1 \times F_n) - (VN2 \times 1,12^{\frac{D}{365}})$, onde: P - é o valor do prêmio a ser pago por debênture, expresso em reais; VN1 - é o valor nominal unitário na data de emissão; VN2 - é o valor nominal unitário calculado na forma do item 1.9.1 retro, na data da repactuação; D - é o número de dias decorridos desde a data de emissão até a data da repactuação, observado que para o primeiro período de repactuação D = 365; F_n - fator "n" de apuração do prêmio para cada debênture tendo por base o fator acumulado do resultado da aplicação das taxas e respectivos indexadores, se pós fixadas, divulgadas pela ANBID para depósitos bancários a prazo do tipo mais negociado, pré ou pós fixados, no "período de incidência da taxa de juros ANBID". Entende-se como "período de incidência da taxa de juros ANBID", aquele que se inicia na data de emissão das debêntures e se encerra na data de repactuação e, como "sub-período de incidência de juros ANBID", os prazos definidos de acordo com a taxa ANBID mais negociada no instante da definição do sub-período. Assim: a) o primeiro sub-período inicia-se na data de emissão das debêntures e termina no prazo definido pela taxa ANBID, pré ou pós fixada, mais negociada, apurada na data de emissão das debêntures; b) os sub-períodos seguintes são definidos apurando-se a taxa ANBID mais negociada no dia de vencimento do sub-período anterior e entendendo-se o prazo desta taxa como o do sub-período que se inicia; c) as taxas e os indexadores, se pós fixados, dos sub-períodos, são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério "pro-rata-tempore" se necessário, de forma a cobrir todo o "período de incidência de taxa de juros ANBID". **1.14. REPACTUAÇÃO:** Fica desde já definido que a data da primeira repactuação das debêntures será 01 de julho de 1996. **1.15. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO:** O preço de subscrição das debêntures será o seu valor nominal resultante do previsto no item 1.9.1 acima, acrescido do juros e do prêmio, conforme itens 1.12 e 1.13,

calculados de forma "pro-rata-tempore" da data de emissão até a data de subscrição. As debêntures serão integralizadas à vista no ato da subscrição. **1.16. NEGOCIAÇÃO:** A emissão será registrada para negociação no mercado secundário, através do SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizada pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 56/88. **1.17. PUBLICAÇÃO NA IMPRENSA:** Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados, na forma de avisos, no jornal Diário Comércio e Indústria e no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em prazos tais que permitam aos debenturistas o adequado acompanhamento das ocorrências na vida da debênture. **1.18. LOCAL DE PAGAMENTO:** Os pagamentos referentes ao principal e rendimentos, a que fazem jus as debêntures desta emissão, serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pelo CETIP, ou na sede da sociedade, na hipótese do debenturista não estar vinculado a este sistema, ou ainda, em Instituição Financeira contratada para tal fim. **1.19. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS:** Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos. **1.20. JUROS DE MORA:** Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1,0% (hum por cento) ao mês, além dos juros remuneratórios e prêmio, tal como estabelecido na escritura de emissão das debêntures, calculados desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial. **1.21. DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS:** Sem prejuízo do disposto no item anterior, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias nas datas previstas na escritura de emissão, não lhe dará o direito ao recebimento de juros ou prêmio no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento. **1.22. VENCIMENTO ANTECIPADO:** O agente fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta emissão e exigir o imediato pagamento pela emissora das debêntures em circulação, do valor nominal acrescido de juros e prêmio calculados na forma da escritura, na ocorrência dos seguintes eventos: a) Protesto legítimo e reiterado de títulos contra a emissora; b) Pedido de concordata preventiva formulado pela emissora; c) Decretação de falência da emissora; d) Falta de cumprimento pela emissora de qualquer obrigação prevista na escritura, não sanada em 15 (quinze) dias, contados do aviso escrito enviado pelo agente fiduciário; e e) Vencimento antecipado de qualquer dívida da emissora, em razão de inadimplência contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da emissora, prevista na escritura de emissão; **1.23. AQUISIÇÃO FACULTATIVA:** A emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures em circulação, por preço não superior ao de seu valor nominal, observado o disposto no artigo 55 da Lei nº 6.404/76, sendo que nesta hipótese, os juros e prêmio devidos pela emissora, serão acrescidos ao valor das debêntures adquiridas. As debêntures adquiridas pela emissora poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. **1.24. RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO:** As debêntures objeto desta emissão, por decisão do Conselho de Administração da emissora, e mediante aviso prévio de 5 (cinco) dias úteis, poderão ser resgatadas, de forma total ou parcial, neste caso mediante sorteio, com pagamento do principal, juros e prêmio a que fizerem jus. **VI. DELEGAÇÃO:** Fica delegado ao Conselho de Administração da emissora, com referência às deliberações ora tomadas, poderes para a

deliberação das matérias prescritas nos incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei nº. 6.404 de 15/12/76.

VII. AUTORIZAÇÃO: A presente Assembléia autoriza ainda a Diretoria a contratar uma ou mais Instituições Financeiras para a colocação pública das debêntures, assim como nomear e contratar o Agente Fiduciário, adotando junto aos órgãos governamentais, autarquias públicas e privadas em geral, as providências que se fizerem necessárias à efetivação das medidas aprovadas nesta Assembléia. **VIII. DOS CERTIFICADOS DE DEBÊNTURES:** Os certificados das debêntures, se solicitados, serão entregues aos debenturistas no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a solicitação. **IX. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, a sessão foi suspensa para a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi esta ata lida, achada conforme e aprovada, indo assinada por todos os presentes. As. Eduardo de Magalhães Pinto. As. Fernando de Magalhães Pinto. As. Marcos de Magalhães Pinto. As. Germano de Brito Lyra. As. Banco Nacional S.A., representado por seus Vice-Presidentes Clarimundo José de Sant'Anna e Nagib Antônio.

Confere com o original lavrado em livro próprio.

Nacional Leasing S.A. Arrendamento Mercantil